

Semana SEDES



06H - 27 ABRIL - D. ADM. + LC840 - Prof. Suzele Veloso

(QUADRIX - 2026 - Assistente Administrativo (CRB 1))

Conforme di Pietro (2023), o princípio de presunção de legitimidade abrange, de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos, mas, de outro lado, a presunção da legalidade, já que a Administração Pública se submete à lei.

Acerca desse princípio, julgue o item a seguir:

01. Presume-se que todos os atos da Administração Pública são verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes, de modo absoluto.

(QUADRIX - 2026 - Analista I (CRF DF)/Advogado)

Julgue o item a seguir, acerca da adequação do regime jurídico e de suas características, aos órgãos ou às entidades da Administração Pública.

02. Uma delegacia de Polícia Civil é um órgão da estrutura interna da corporação, que por sua vez, integra a Administração Direta de estado-membro ou do Distrito Federal.

(QUADRIX - 2026 - Advogado (CRECI 24 (RO)))

Acerca das normas referentes ao direito administrativo, julgue o item seguinte:

03. A sociedade de economia mista, mesmo que tenha personalidade jurídica de direito público interno, será constituída sob a forma de sociedade anônima.

(QUADRIX - 2026 - Farmacêutico Fiscal I (CRF DF))

No que concerne à organização da Administração Pública, aos agentes públicos e aos atos administrativos, julgue o item seguinte:

04. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.

(QUADRIX - 2017 - Agente (CRMV DF)/Fiscalização)

No que diz respeito ao poder hierárquico e disciplinar, julgue o item a seguir:

05. As prerrogativas exercidas pelo superior sobre seus subordinados, de dar ordens, fiscalizar, controlar, aplicar sanções, delegar e avocar competências, decorrem do poder hierárquico.

(QUADRIX - 2022 - Agente Administrativo (COREN AP)/"Sem Área")

Acerca dos poderes administrativos, julgue o item:

06. Pelo conceito moderno, o poder de polícia compreende a atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais, em benefício da segurança.

(Quadrix - 2025 - CRC-SP - Analista Administrativo)

Acerca dos atributos dos atos administrativos, julgue o item a seguir:

07. A presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo é absoluta, uma vez que a lei não concede margem de atuação para o agente público, sendo, portanto, incontestável perante o Poder Judiciário.

(Quadrix - 2024 - CFP - Analista Técnico/Administrativo)

Acerca dos atos administrativos, julgue o item seguinte:

08. Consiste a autoexecutoriedade em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública Federal, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário..

(Quadrix - 2024 - CFP - Analista Técnico/Administrativo)

Acerca dos atos administrativos, julgue o item seguinte:

09. Imperatividade é o atributo por meio do qual os atos administrativos somente podem ser praticados pela Administração Pública Federal, no exercício do poder de império.

(CESPE/CEBRASPE - ALE CE - Analista Legislativo - Área: Consultoria Técnica Legislativa - 2021)

Em janeiro de 2020, João, chefe de uma

repartição pública, concedeu licença-capacitação a Maria, servidora pública, pelo período de noventa dias, entre os meses de agosto e outubro de 2020. Ocorre que, no mês de julho, outros dois servidores em exercício na mesma repartição se aposentaram e, com receio de não conseguir, sozinho, atender o público no período de ausência de Maria, João resolveu extinguir o ato de concessão da licença.

10. Nessa situação hipotética, o ato de extinção caracteriza anulação de ato administrativo.

11. As penalidades aplicadas ao serviço público civil são graduadas conforme a natureza e a gravidade da infração cometida pelo servidor. Diante disso, nos termos da Lei Complementar 840/11, é uma falta administrativa punível com a pena de advertência por escrito o ato de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior imediato.

12. O registro da penalidade de advertência resultante de regular processo administrativo será cancelado se, no decurso de dois anos de efetivo exercício, o servidor não praticar outro ato qualificável como infração disciplinar tipificada.

13. A prática de ato de incontinência pública durante expediente regular de trabalho é conduta tipificada legalmente como demissão.

Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos distritais.

14. Caso o servidor público seja absolvido na esfera criminal, sua responsabilidade administrativa pelo mesmo fato será afastada, independentemente do fundamento que ensejou a absolvição penal.

(CESPE / CEBRASPE - 2021 - TC-DF - Procurador)

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos do Distrito Federal, julgue o item que se segue:

15. Situação hipotética: José é deficiente e se inscreveu em concurso público para con-

correr a uma vaga para agente de atividades penitenciárias destinada aos candidatos com deficiências. O edital regulador do certame previa teste de aptidão física em uma das fases do concurso. Assertiva: Nessa situação, a existência de reserva de vagas às pessoas deficientes por si só afasta a exigência de aprovação do candidato nessa etapa do certame.

(CESPE/TRT-5/Analista)

16. Na impossibilidade de o candidato comparecer à entrada em exercício de cargo para o qual tenha sido nomeado, é admissível que ele outorgue procuração para que, em seu lugar, terceiro entre em exercício.

(CESPE - TRE-RJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

17. Vencimentos, proventos e remuneração não podem ser objeto de medidas judiciais extremas como arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

(Cespe Analista Judiciário TRE-MS)

Manoel, servidor público estável de uma fundação pública, faltou ao serviço por diversos dias sem qualquer justificativa, razão pela qual seu superior hierárquico determinou que o fato fosse apurado, com posterior aplicação da Lei n.º 840/11 no que se refere ao processo administrativo disciplinar. A comissão do processo, após regular processamento, ouvido o servidor, concluiu que as faltas de Manoel ao serviço eram habituais e sem qualquer justificativa legal.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir:

18. A inassiduidade habitual somente fica caracterizada se for comprovado que Manoel faltou ao serviço de forma intencional por mais de trinta dias.

(IF-RJ - IF-RJ - Assistente em Administração - adaptada)

19. A Lei 840/11 traz uma série de penalidades disciplinares que serão aplicadas, em determinadas situações. No caso da demissão, a lei prevê sua aplicação, em algumas hipóteses, estando entre elas previstas, a ofensa

física, em serviço, a servidor ou a particular, em qual situação.

(CESPE/CEBRASPE - SLU - Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Área Modernização da Gestão das Atividades de Resíduos Sólidos - 2019)

João, servidor público civil estável de alta-ria distrital, investido em cargo público que exige nível médio como escolaridade, foi designado pela autoridade competente a integrar comissão em processo administrativo disciplinar pela prática de infração funcional de outro servidor público em exercício no mesmo órgão. Entretanto, João recusou-se a integrar a comissão, sem apresentar qualquer justificativa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os próximos itens, considerando as disposições da Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações.

20. Ao ter-se recusado injustificadamente a compor a comissão, João incorreu em infração de natureza média, cuja pena poderá ser de suspensão de até noventa dias.

06H - 28 ABRIL - PLANEJAMENTO - Prof. William Dornela

No Centro Educacional 01 de Planaltina, a equipe gestora decidiu reorganizar o planejamento institucional após identificar aumento da infrequência, conflitos entre estudantes e baixa adesão das famílias às reuniões escolares. Para isso, promoveu encontros com professores, equipe pedagógica, responsáveis e representantes de turma. Durante o processo, foram levantadas causas distintas para os problemas observados, como dificuldades de transporte, pouco vínculo entre escola e comunidade, fragilidades no acompanhamento pedagógico e ações disciplinares pouco articuladas ao trabalho formativo. Ao final, a direção consolidou um plano com metas, cronograma, definição de responsáveis e previsão de avaliação bimestral dos encaminhamentos.

Baseando-se neste estudo de caso e nos conhecimentos sobre planejamento participativo, julgue os itens a seguir:

01. Considerando a situação apresentada, a existência de escuta de diferentes segmentos da comunidade escolar já autoriza concluir que houve planejamento participativo em sentido pleno.

02. A definição de metas, responsáveis e cronograma, quando articulada ao diagnóstico

da realidade escolar, é compatível com uma concepção de planejamento voltada à intervenção concreta.

03. Na situação descrita, a avaliação bimestral do plano configura etapa dissociada do planejamento, pois se destina a momento posterior à execução das ações.

04. A consolidação final do plano pela direção escolar contraria a lógica participativa, ainda que o processo anterior tenha contado com levantamento coletivo de problemas e proposição de medidas.

05. Quando a escola identifica múltiplos fatores relacionados à infrequência e aos conflitos, afasta-se leitura simplificadora dos problemas e fortalece-se a consistência do planejamento institucional.

Na Escola Classe 308 Sul, os resultados internos mostraram queda no desempenho em leitura e produção escrita nos anos iniciais. Em reunião pedagógica, parte dos docentes defendeu reforço escolar no contraturno, enquanto outros sustentaram que a prioridade deveria ser rever práticas didáticas, rotinas de leitura e critérios de acompa-

nhamento da aprendizagem. A coordenação pedagógica propôs que o grupo analisasse registros de avaliação, cadernos dos estudantes, frequência, participação das famílias e projetos já desenvolvidos pela escola. Após o levantamento, definiu-se um plano que combinava intervenção pedagógica, acompanhamento sistemático dos avanços e revisão periódica das estratégias adotadas.

Baseando-se neste estudo de caso e nos conhecimentos sobre planejamento participativo, julgue os item a seguir:

06. À luz do caso, a divergência entre professores sobre as medidas a serem adotadas fragiliza o planejamento, por revelar ausência de uniformidade prévia entre os participantes.

07. A análise de registros de avaliação e de cadernos dos estudantes é compatível com a etapa diagnóstica do planejamento pedagógico.

08. A decisão de combinar reforço escolar com revisão de práticas didáticas indica compreensão de que o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem pode demandar ações articuladas em mais de uma frente.

09. No contexto narrado, o acompanhamento sistemático dos avanços dos estudantes possui natureza administrativa, sem relação direta com a dimensão pedagógica do planejamento.

10. Quando o planejamento pedagógico é elaborado com base em dados produzidos pela própria rotina escolar, amplia-se a possibilidade de coerência entre problema identificado e ação proposta.

No Centro de Ensino Médio Setor Oeste, a equipe gestora passou a discutir a reformulação de parte do projeto institucional após aumento de episódios de desmotivação discente, atrasos recorrentes e baixa participação em atividades coletivas. Em assembleia escolar, estudantes apontaram que muitos projetos eram definidos sem consulta pré-

via às turmas e tinham pouca relação com suas experiências e interesses. Professores, por sua vez, ressaltaram a necessidade de preservar a intencionalidade pedagógica das ações e evitar que o planejamento se tornasse mera soma de preferências individuais. Diante disso, a coordenação propôs um processo de revisão em que as demandas estudantis fossem analisadas à luz dos objetivos formativos da escola e das condições reais de execução.

Baseando-se neste estudo de caso e nos conhecimentos sobre planejamento participativo, julgue os item a seguir:

11. A escuta das demandas dos estudantes, no caso apresentado, dispensa a necessidade de mediação pedagógica, uma vez que a participação discente constitui referência suficiente para a reformulação das ações escolares.

12. Ao relacionar interesses dos estudantes com objetivos formativos da escola, o caso indica tentativa de compatibilizar participação com direção pedagógica.

13. A baixa participação discente em atividades coletivas pode ser compreendida, no caso, como dado relevante para a revisão do planejamento, e não como simples problema comportamental desvinculado da organização escolar.

14. Em processos de revisão do planejamento, a consideração das condições reais de execução tende a comprometer a dimensão democrática da decisão, por submeter o debate coletivo a limites institucionais.

15. A situação descrita admite a compreensão de que planejamento participativo envolve negociação entre diferentes perspectivas, sem afastar a necessidade de critérios educacionais na tomada de decisão.

Na Escola Parque 210/211 Norte, a coordenação pedagógica identificou que muitos projetos elaborados no início do ano letivo perdiam continuidade ao longo dos meses. Em reunião ampliada, professores relataram que algumas propostas eram lançadas

com entusiasmo inicial, mas sem integração entre áreas, sem critérios claros de acompanhamento e com pouca articulação com necessidades concretas das turmas. A direção sugeriu reestruturar o processo de planejamento, prevendo definição mais precisa dos objetivos, indicadores de acompanhamento, momentos periódicos de análise e revisão das ações em curso. Também se decidiu registrar, em atas e instrumentos de trabalho, os encaminhamentos pactuados coletivamente.

Baseando-se neste estudo de caso e nos conhecimentos sobre planejamento participativo, julgue os item a seguir:

16. O caso indica fragilidade de planejamento, entre outros motivos, pela ausência de mecanismos que permitam acompanhar a continuidade e os efeitos das ações propostas.

17. O registro dos encaminhamentos pactuados coletivamente possui relevância secundária, pois o planejamento participativo se esgota no debate e na construção oral das decisões.

18. A falta de integração entre áreas e a pouca articulação com as necessidades das turmas podem comprometer a efetividade dos projetos pedagógicos.

19. A previsão de revisão das ações em curso descaracteriza a consistência do planejamento, uma vez que planos bem elaborados devem manter suas diretrizes independentemente dos resultados observados no processo.

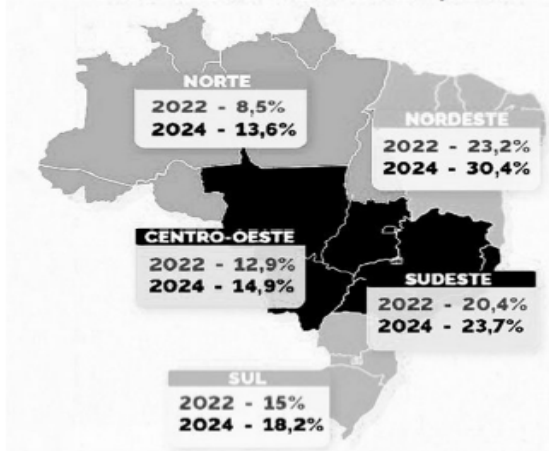
20. Na situação narrada, a definição de indicadores de acompanhamento é compatível com uma perspectiva de planejamento que busca relacionar intenção, execução e análise de resultados.

06H - 29 ABRIL - PORTUGUÊS - DISCURSIVA - Prof. Mariana Noletto

✓ O que é um estudo de caso?

✓ Quais os formatos de cobrança mais comuns?

Aumento de matrículas em tempo integral Dados do Censo Escolar 2024 referentes a todas as etapas do ensino na rede pública



Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

O Brasil enfrenta um momento crucial na jornada rumo ao alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, referente à educação.

Resultados de estudo divulgado em 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, na área da educação, menos de 40% dos alunos conseguem atingir os níveis esperados de conhecimento ao final do ensino fundamental e apenas cerca de 30% alcançam esse patamar em matemática ao término do ensino médio. A meta proposta no estudo é atingir, até 2030, um patamar de 55% no primeiro caso e 45% no segundo.

De acordo com o previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), em dez anos, a educação em tempo integral — com jornadas diárias de 7 horas ou mais — deve ser ofertada em 50% das escolas públicas de todo o Brasil, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

No estado de Sergipe, o percentual de matrículas em tempo integral passou de 19,9% em 2022 para 25,3% em 2024, conforme dados do Censo Escolar 2024, divulgado pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Considerando a imagem e o texto precedentes, bem como o contexto educacional do estado de Sergipe, elabore um estudo de caso em que sejam abordados os seguintes aspectos:

- 1 panorama da educação em tempo integral no estado de Sergipe; [valor: 12,00 pontos]
- 2 políticas públicas que contribuem para o cumprimento, no estado de Sergipe, das metas previstas na Agenda 2030 para a educação. [valor: 16,50 pontos]

PREFEITURA DE POSSE-GO/2024

CONCURSO PÚBLICO

IV/UGF

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

J., 40 anos, viúva há 9 anos do 1º casamento, em que teve 2 filhos (P., 16 anos; I., 12 anos). Tem 1 filha do 2º relacionamento (S., 5 anos); não convive com o pai dessa criança. O pai não paga pensão alimentícia. A usuária está desempregada há 8 meses e não recebe seguro-desemprego (já que, com 24 meses trabalhados, teve direito a apenas 5 parcelas). A renda familiar da casa advém de “bicos” como doméstica e do programa de transferência de renda Bolsa Família. Todos os filhos estudam e o mais velho adentrou, recentemente, no ensino técnico de nível médio e natureza federal, porém a mãe relata que não sabe se P. poderá permanecer nesse nível de ensino devido às suas condições objetivas de vida, sobretudo socioeconômicas. Sendo assim, J. recorreu à assistente social da

unidade de saúde especializada (nível secundário do SUS) em que vem tratando de tuberculose. Relata, ainda, que reside em área considerada de risco e que, com as chuvas, em sua casa entra água.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Diante do relato, explicita a intervenção empreendida pela assistente social com destaque aos itens: Análise de conjuntura; Política de saúde, política de assistência social e previdência social; Saúde e Serviço Social; Configuração recente da política social no Brasil; O projeto ético-político do Serviço Social; Políticas de cotas, ações afirmativas e assistência estudantil; O trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade; e A dimensão técnico-operativa no serviço social (ações, procedimentos e instrumentais utilizados).

Estrutura do estudo de caso

Flexível, adaptada à quantidade de linhas e à solicitação da banca

Introdução

Desenvolvimento

Conclusão

Exemplo

Em uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, uma família é encaminhada pela escola pública da região devido à ausência recorrente, baixo rendimento e comportamento violento de um adolescente de 15 anos, chamado J.P..

A família é composta pela mãe, desempregada, e com dois filhos menores de idade. A escola relata que o adolescente apresenta:

- infrequência escolar;
- rendimento extremamente baixo;
- comportamento, por vezes, agressivo.

Durante o acolhimento inicial, a mãe informa dificuldades financeiras, ausência de rede de apoio e conflitos constantes com o filho, que passa grande parte do tempo fora de casa, sem que ela saiba onde ele está.

Diante do caso acima, considerando as informações colhidas no atendimento, elabore um estudo de caso contendo as seguintes informações:

1 - De acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e normativos vigentes, o caso demanda acompanhamento sistemático o âmbito da proteção social básica. Defina como ele será feito.

2 - Elabore um plano de intervenção com a família e com o adolescente, pautado na atuação específica do pedagogo.

Seu texto deverá ser redigido em norma-padrão da Língua Portuguesa e ter o máximo de 20 linhas.

Cargo de pedagogo discursiva

- Considere que o pedagogo desenvolve trabalho voltado à educação social em uma equipe multidisciplinar.
- Tem como bases legais a Lei Orgânica da Assistência Social, normas do SUAS, o ECA e a LDB.
- Análise de situações individuais e familiares. (provável)
- Identificação de demandas e riscos. (provável)
- Etapas de atendimento englobando: escuta, reunião com a equipe, plano de acompanhamento e de avaliação de resultados. (provável)

Em uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social, identifica-se situação de vulnerabilidade envolvendo adolescente com infrequência escolar, baixo rendimento e comportamento agressivo, associado a fragilização de vínculos familiares e ausência de suporte socioeconômico. Diante desse cenário, ações de intervenção socioeducativa são necessárias.

Inicialmente, o acompanhamento no âmbito da proteção social básica será realizado por meio da inserção da família no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com atendimentos periódicos e escuta qualificada, visando ao fortalecimento de vínculos e à superação das vulnerabilidades. Ademais, serão realizados registros contínuos em prontuário, visitas domiciliares e articulação com a escola, a fim de monitorar a frequência e o desempenho do adolescente.

Por fim, o plano de intervenção, sob a perspectiva do pedagogo, contemplará a inclusão do adolescente em atividades socioeducativas que promovam o protagonismo juvenil e a construção de projeto de vida, além da mediação entre família e escola para favorecer a reinserção escolar. Paralelamente, a família será orientada quanto à organização da rotina e ao fortalecimento de vínculos, de modo que, com tais ações articuladas, seja possível promover autonomia, inclusão social.

06H - 30 ABRIL - LDB - CF - Prof. Carlinhos Costa

Em diagnóstico realizado no território de abrangência de uma unidade da assistência social, verificou-se a presença de crianças fora da escola, adolescentes em distorção idade-série, estudantes com deficiência sem os apoios adequados no ambiente escolar e famílias com dificuldades para acessar informações e serviços educacionais. Diante desse cenário, a equipe técnica passou a discutir, à luz da LDB, os limites e as possibilidades de atuação intersetorial voltadas à garantia do direito à educação.

Com base no estudo de caso e nas disposições da LDB, julgue os itens 01 a 05:

01. No caso de uma criança de quatro anos sem matrícula, a articulação da equipe da assistência social com a rede pública de ensino para assegurar vaga em escola próxima da residência encontra amparo no dever estatal de garantir educação básica obrigatória e gratuita, bem como acesso à unidade pública de educação infantil ou ensino fundamental mais próxima.

02. A oferta de atendimento educacional especializado a estudante com deficiência autoriza, por si só, o afastamento da frequência à rede regular, já que esse atendimento possui natureza transversal e se destina a contemplar necessidades específicas que nem sempre podem ser acompanhadas no ensino comum.

03. Em situações envolvendo adolescentes e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade própria, a LDB respalda a oferta de alternativas educacionais compatíveis com suas necessidades e disponibilidades, inclusive quando o estudante concilia estudo e trabalho.

04. Os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde constituem medidas de apoio social externo à política educacional, de modo que sua eventual ausência não interfere diretamente na análise do dever estatal com a educação escolar pública.

05. A identificação, no território, de escolas com mobiliário inadequado, carência de equipamentos pedagógicos e estrutura sanitária insuficiente pode fundamentar atuação da equipe socioassistencial em defesa do direito à educação, uma vez que a LDB inclui, entre as garantias estatais, padrões mínimos de qualidade e condições materiais adequadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Em diagnóstico realizado no território de abrangência de uma unidade da assistência social do Distrito Federal, a equipe técnica identificou crianças e adolescentes com histórico de infrequência no ensino fundamental, famílias com dificuldade de acompanhamento da vida escolar dos filhos e casos em que a escola comunicava reiteradas ausências sem que houvesse acompanhamento intersetorial efetivo. Diante desse cenário, a pedagoga da unidade passou a discutir com a rede de ensino, com os responsáveis e com outros órgãos de proteção o alcance do dever estatal relacionado ao recenseamento dos educandos, à chamada para matrícula e ao zelo pela frequência escolar.

Com base no estudo de caso e nas disposições legais da Constituição Federal, julgue os itens 06 a 10:

06. A atuação da pedagoga da assistência social, em articulação com a escola e com as famílias de estudantes do ensino fundamental que apresentam ausências reiteradas, harmoniza-se com a compreensão de que o poder público não se limita ao recenseamento e à chamada, alcançando também o zelo pela frequência escolar.

07. Ao identificar estudante já matriculado, mas com infrequência persistente, a equipe técnica concluiu que a situação escapa ao alcance do poder público educacional, já que o dever legal se concentra em localizar quem está fora da escola e promover a chamada para ingresso no ensino fundamental.

08. Em razão da referência expressa ao en-

sino fundamental, a previsão legal autoriza concluir que a chamada e o recenseamento abrangem indistintamente toda a educação básica, inclusive educação infantil e ensino médio, em igualdade de regime jurídico.

09. O dever de zelar pela frequência escolar, nos termos do dispositivo, não elimina a responsabilidade dos pais ou responsáveis, mas pressupõe atuação conjunta entre poder público e família.

10. Em situação na qual a escola comunica reiteradas faltas de estudante do ensino fundamental e a rede pública aciona a família para compreender barreiras à frequência, há conduta compatível com o dever estatal previsto no dispositivo, ainda que a solução demande atuação articulada com a assistência social.

Ao elaborar parecer técnico sobre demandas educacionais apresentadas por famílias acompanhadas pela assistência social do Distrito Federal, a pedagoga de uma unidade socioassistencial examinou situações de distorção idade-série, baixo rendimento, infrequência, transferências entre escolas públicas e dificuldades de permanência de adolescentes no ensino fundamental e no ensino médio. A análise também envolveu debates sobre progressão parcial, aceleração de estudos, recuperação paralela, critérios de avaliação e responsabilidades institucionais quanto ao controle de frequência e à expedição de documentos escolares. A partir desse cenário, a equipe passou a discutir o alcance das regras comuns de organização da educação básica previstas no art. 24 da LDB.

Com base no estudo de caso e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, julgue os itens 11 a 15:

11. No exame de trajetória escolar interrompida de adolescente transferido entre escolas, é compatível com a LDB reconhecer que a classificação em série ou etapa pode decorrer de promoção, transferência ou avaliação realizada pela escola, ressalvada a primeira etapa do ensino fundamental.

12. Ao analisar a situação de um estudante com baixo rendimento continuado, a pedagoga adota leitura incompatível com a LDB se compreender que a recuperação deve ocorrer, preferencialmente, ao final do período letivo, já que a norma privilegia a aferição conclusiva do desempenho em momento posterior ao processo regular de ensino.

13. Em parecer sobre defasagem escolar, é compatível com a LDB distinguir aceleração de estudos e avanço de série como institutos diversos, já que a primeira se dirige ao aluno com atraso escolar, enquanto o segundo depende de verificação do aprendizado.

14. No acompanhamento de adolescente com frequência irregular, a conclusão de que o controle de frequência compete ao sistema de ensino, e não à escola, harmoniza-se a legislação educacional, desde que o regimento escolar discipline os percentuais mínimos exigidos para aprovação.

15. Em análise sobre o direito à continuidade dos estudos, a pedagoga adota interpretação compatível com a LDB ao reconhecer que a avaliação do rendimento escolar deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados construídos ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Ao elaborar parecer técnico sobre situações de vulnerabilidade acompanhadas por uma unidade da assistência social do Distrito Federal, a pedagoga responsável examinou casos envolvendo crianças e adolescentes com privação material, fragilidade de vínculos familiares, dificuldade de acesso a direitos sociais e necessidade de acompanhamento articulado com outros serviços da rede de proteção. Durante a análise, a equipe debateu o alcance constitucional da assistência social, sua natureza não contributiva e o sentido do amparo dirigido a crianças e adolescentes em situação de carência, especialmente no contexto da atuação socioassistencial voltada à garantia de proteção social.

Com base no estudo de caso e na Consti-

tuição Federal, julgue os itens:

16. No contexto do parecer técnico, a atuação da assistência social em favor de crianças e adolescentes em situação de carência encontra fundamento constitucional mesmo quando inexistente contribuição prévia da família ao sistema de seguridade social.

17. Ao examinar o caso de adolescente em vulnerabilidade econômica, a equipe adota leitura compatível com a Constituição ao concluir que o amparo socioassistencial pressupõe filiação contributiva pretérita, ainda que de forma indireta, para legitimar o acesso às ações de proteção.

18. Em situação envolvendo crianças com privações materiais graves, é compatível com o texto constitucional compreender

que a condição de carência pode justificar a atuação protetiva da assistência social, sem que isso descaracterize seu vínculo com a seguridade social.

19. A referência constitucional ao amparo de crianças e adolescentes carentes autoriza restringir a assistência social a esse público, já que a Constituição lhes conferiu posição central entre os objetivos dessa política pública.

20. No âmbito de atuação do pedagogo na assistência social, a leitura de que o amparo constitucional a crianças e adolescentes carentes dialoga com intervenções voltadas à proteção social e à articulação com a rede de direitos harmoniza-se com a legislação oficial vigente.

19H - 27 ABRIL - PNE - Prof. William Dornela

De acordo com o PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

01. Ao se comparar o PNE instituído pela Lei nº 13.005/2014 com o novo PNE 2026-2036, verifica-se que o plano anterior foi organizado em 10 diretrizes e 20 metas, ao passo que o atual passou a contar com 17 diretrizes, 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, evidenciando reestruturação mais ampla do planejamento educacional decenal.

No Centro de Educação da Primeira Infância Jardim das Acácias, no Gama, a equipe pedagógica celebrou a ampliação do atendimento às crianças pequenas. Apesar disso, relatórios internos apontaram dificuldades de acessibilidade, insuficiência de recursos pedagógicos e fragilidades na articulação das práticas pedagógicas com a BNCC e com a intencionalidade educativa. A unidade é uma creche pública real da rede do DF.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

02. Nessa situação, a ampliação do atendimento, por si só, não é bastante para caracterizar o alcance do padrão de qualidade exigido

para a oferta de creche, já que esse parâmetro também envolve infraestrutura física, profissionais da educação, condições de gestão, acessibilidade, recursos pedagógicos e práticas pedagógicas coerentes com a BNCC e com a intencionalidade educativa.

Sobre as atividades de monitoramento e avaliação do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

03. Na disciplina do monitoramento e da avaliação do Plano Nacional de Educação, o novo PNE ampliou o rol de participantes em relação ao plano anterior, com a incorporação de nova instância de acompanhamento institucional, o que evidencia expansão qualitativa do sistema de controle das metas educacionais.

A professora Júlia, responsável por uma turma de 2º ano do ensino fundamental, percebeu que vários estudantes conseguiam reconhecer números e resolver operações simples de forma mecânica, mas apresentavam dificuldade para interpretar problemas, comparar quantidades e justificar raciocínios matemáticos. Diante disso, a coordenação pedagógica orientou a professora

a reorganizar o planejamento, intensificar as intervenções em sala e acompanhar de modo mais sistemático o desempenho da turma ao longo do ano.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

04. Nessa situação, a decisão da escola está em consonância com o que se espera ao final do 2º ano do ensino fundamental, uma vez que o foco não recai apenas sobre a frequência escolar ou sobre a progressão da turma, mas também sobre o alcance de nível adequado de aprendizagem em matemática.

Sobre as diretrizes do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

05. A diretriz referente ao respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a ciência, a arte e o saber autoriza que o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas seja relativizado quando houver necessidade de uniformização nacional das práticas escolares.

Ao analisar os dados de conclusão no Centro de Ensino Médio Elefante Branco, a equipe gestora observou que parte dos estudantes concluía o ensino médio com atraso etário mais acentuado entre grupos socialmente mais vulnerabilizados. Em reunião com professores, orientação educacional e coordenação pedagógica, discutiu-se a necessidade de medidas que não se limitassem ao aumento global das taxas de conclusão, mas considerassem também diferenças ligadas a raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização da população atendida. O Centro de Ensino Médio Elefante Branco é uma escola real da rede pública do DF.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

06. Seria compatível com o comando educacional em questão tratar como suficiente a elevação geral do número de concluintes, ainda que persistam distorções relevantes entre grupos populacionais distintos no que se refere à conclusão do ensino médio na idade regular.

Sobre as diretrizes do PNE(2026-2036), jul-

gue o item a seguir.

07. Ao prever a garantia de ambiente de aprendizado plural e do debate crítico de diferentes perspectivas, o plano afasta a adoção de orientação pedagógica única e reforça a legitimidade da diversidade de concepções no processo educacional.

Durante o conselho pedagógico do Centro Educacional 01 do Cruzeiro, professores e equipe gestora discutiram a ampliação das matrículas em jornada ampliada. Parte do grupo defendia que bastaria ofertar atividades complementares em alguns dias da semana para caracterizar educação em tempo integral. Outra parte sustentava que a ampliação deveria observar carga horária mínima diária ou semanal, além de ser pensada na perspectiva da educação integral. O Centro Educacional 01 do Cruzeiro é uma instituição real da rede pública do DF.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

08. A compreensão segundo a qual qualquer ampliação pontual do tempo de permanência do estudante já equivale, por si, à oferta de matrícula em tempo integral harmoniza-se com o parâmetro estabelecido para a jornada escolar ampliada.

Sobre os objetivos gerais do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

09. Ao estabelecer, entre os objetivos gerais, a garantia do direito à educação com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades, associada à elevação do padrão de qualidade, o novo PNE adota compreensão ampla da formação dos estudantes, que abrange dimensões humanística, profissional, cultural, científica, tecnológica, crítica, criativa e cidadã.

Ao planejar o início do semestre no Centro de Ensino Médio Setor Leste, a professora de Biologia organizou atividades com pesquisa em fontes digitais, produção colaborativa de materiais e uso de plataforma educacional pela turma. Durante a reunião pedagógica, porém, os docentes relataram que a conexão disponível era instável, insuficiente para

uso simultâneo das classes e sem alcance adequado em parte dos espaços escolares, o que comprometia a utilização pedagógica da internet por professores e estudantes.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

10. A preocupação apresentada pelos docentes é compatível com o parâmetro educacional em questão, pois não basta a existência formal de acesso à internet na escola: exige-se conectividade de alta velocidade adequada ao uso pedagógico de estudantes e professores, inclusive com redes internas wi-fi.

Sobre os objetivos gerais do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

11. A melhoria da qualidade da educação é formulada como objetivo geral que alcança todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, devendo considerar, de modo articulado, dimensões relacionadas ao acesso, à permanência, à inclusão, à infraestrutura, aos processos educativos e aos resultados de aprendizagem e desenvolvimento.

Em uma reunião de coordenação no Centro Educacional 04 do Guará, alguns professores defenderam que a educação ambiental poderia ser tratada como conteúdo eventual, restrito a projetos comemorativos em datas específicas do calendário escolar, sem necessidade de maior articulação com referenciais normativos nacionais.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

12. A compreensão apresentada pelos docentes é compatível com o direcionamento educacional pertinente, uma vez que a promoção da educação ambiental pode ocorrer de forma pontual e desvinculada da Política Nacional de Educação Ambiental e das diretrizes curriculares nacionais do CNE.

Sobre as atividades de monitoramento e avaliação do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

13. Os planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser elaborados com duração decenal, embora

a consonância com o PNE não impeça que cada ente estabeleça diretrizes autônomas de planejamento educacional.

Durante o acompanhamento pedagógico de uma turma da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga, a professora observou que as crianças surdas vinham sendo alfabetizadas com aulas mediadas prioritariamente em Libras, enquanto o trabalho com a língua portuguesa escrita era desenvolvido de forma específica e progressiva, respeitando a diferença entre primeira e segunda língua. A unidade é uma escola pública especializada da rede do DF.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

14. Está de acordo com o direcionamento educacional pertinente a organização pedagógica que assegura a alfabetização do público da educação bilíngue de surdos em Libras como primeira língua, desde a educação infantil até o primeiro ano do ensino fundamental, e em português escrito como segunda língua, até o final do segundo ano do ensino fundamental.

Sobre as atividades de monitoramento e avaliação do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

15. A governança prevista para a implementação das estratégias educacionais envolve atuação em regime de colaboração entre os entes federativos, cabendo ao Ministério da Educação editar ato sobre essa governança e prevendo-se, no seu âmbito, instância tripartite permanente de negociação, cooperação e pactuação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

No Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho, durante reunião com professores e orientação educacional, a equipe analisou dados que mostravam dois movimentos distintos: parte dos jovens já havia concluído o ensino médio aos 18 anos ou mais, mas ainda existia número expressivo de estudantes de 18 a 29 anos fora dessa etapa escolar. A unidade é uma escola real da rede pública do DF.

De acordo com as metas do PNE(2026-

2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

16. Diante desse quadro, seria correto afirmar que o objetivo educacional correspondente se esgota na elevação do percentual de pessoas com 18 anos ou mais que concluíram o ensino médio, não abrangendo medida de universalização voltada à população de 18 a 29 anos.

Sobre as atividades de monitoramento e avaliação do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

17. No monitoramento das metas, a produção de projeções relativas às metas nacionais por ente federativo foi atribuída ao Ministério da Educação, ao passo que a publicação bienal dos índices de alcance das metas ficou sob responsabilidade do Inep.

A coordenação de educação profissional de uma regional de ensino do Distrito Federal passou a discutir, com gestores e professores, formas de ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional de curta duração, desde que ministrados por instituições devidamente credenciadas e com organização compatível com a carga horária mínima exigida. Entre as propostas apresentadas, destacou-se a criação de novas turmas voltadas à inserção produtiva de jovens e adultos.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

18. Está alinhada ao direcionamento educacional correspondente a ampliação progressiva de matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de

160 horas, desde que ofertados por instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino.

Sobre as atividades de monitoramento e avaliação do PNE(2026-2036), julgue o item a seguir.

19. As atividades de monitoramento e avaliação contarão com a participação do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, das comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como do Fórum Nacional de Educação, o que revela composição plural de instâncias administrativas, normativas, legislativas e de participação social.

Ao analisar o ingresso no ensino superior, uma equipe de professores e gestores de uma instituição pública do Distrito Federal observou que estudantes de determinados grupos sociais continuavam encontrando mais barreiras de acesso do que outros, sobretudo quando se consideravam raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização. Diante disso, passou-se a defender que a ampliação do acesso à graduação deveria ocorrer com qualidade e acompanhada de medidas voltadas à redução dessas desigualdades.

De acordo com as metas do PNE(2026-2036) e a situação-problema apresentada, julgue o item a seguir.

20. Está em conformidade com o direcionamento educacional pertinente a compreensão de que a ampliação do acesso de pessoas de 18 a 24 anos aos cursos de graduação deve ocorrer com qualidade e associada à redução de desigualdades entre grupos sociais diversos.

19H - 28 ABRIL - LDB - Prof. Carlinhos Costa

Em uma unidade pública de atendimento socioassistencial do Distrito Federal, a pedagoga Marina passou a desenvolver, em articulação com a rede pública de ensino, ações de acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social. Em uma das reuniões intersetoriais, surgiram debates sobre dificuldades de permanência escolar, acesso

desigual a atividades pedagógicas, respeito à diversidade dos estudantes, transparência na gestão educacional e valorização de experiências construídas fora do ambiente escolar. Durante a discussão, cada profissional apresentou interpretações distintas acerca dos princípios que orientam o ensino, nos termos do art. 3º da LDB.

Com base no estudo de caso, julgue os itens 1 a 5.

01. Ao defender que a garantia de permanência escolar integra os princípios do ensino, a equipe técnica adotou uma compreensão em consonância com a LDB, visto que o acesso à escola é um dos pressupostos para a consecução da igualdade prevista legalmente.

02. A proposta de reconhecer aprendizagens construídas na convivência comunitária, em atividades culturais e em experiências de trabalho contraria a LDB, por deslocar o eixo formativo da educação escolar para espaços não institucionais.

03. Caso a gestão da escola pública divulgue dados administrativos, critérios de organização e informações gerais sobre suas ações, essa conduta pode ser compreendida como expressão de princípio legal do ensino relacionado ao acesso a informações públicas sobre a gestão da educação.

04. Em nome do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a administração pública pode afastar o compromisso com padrão de qualidade, desde que preserve a liberdade de ensinar e a diversidade de abordagens formativas.

05. A adoção de práticas pedagógicas voltadas ao respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária de pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva harmoniza-se com os princípios do ensino previstos na LDB.

Em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal, a pedagoga Luciana passou a acompanhar famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sobretudo em casos de infrequência, risco de evasão e fragilização dos vínculos entre escola, família e território. Em articulação com uma escola pública da região administrativa, Luciana participou de reuniões com a equipe gestora, representantes da comunidade escolar e membros

do Conselho Escolar para discutir estratégias de permanência dos estudantes, melhoria do fluxo escolar, circulação de informações sobre a gestão da unidade e fortalecimento da participação coletiva nas decisões pedagógicas e institucionais. Durante os debates, surgiram entendimentos divergentes sobre o alcance da gestão democrática do ensino público e sobre os órgãos colegiados previstos na LDB.

De acordo com o estudo de caso, julgue os itens 06 a 10.

06. Em nome da gestão democrática, a escola pode substituir a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou instâncias equivalentes por consultas ocasionais promovidas pela equipe gestora, desde que haja registro administrativo dessas manifestações.

07. Ao considerar relevantes, para o trabalho socioeducativo com as famílias, dados sobre fluxo e rendimento escolares da unidade pública de ensino, a pedagoga passou a utilizar informações que, pela LDB, não integram o conjunto de informações públicas relacionadas à gestão da educação.

08. Em uma ação intersetorial de acompanhamento a estudantes em risco de evasão, a pedagoga do CRAS pode reconhecer como compatível com a LDB a atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. Tal atuação fortalece os Conselhos Escolares da circunscrição e efetiva o processo democrático nas unidades educacionais.

09. A presença de estudantes, pais ou responsáveis e membros da comunidade local no Conselho Escolar descaracteriza a natureza técnica desse órgão, que, por sua função deliberativa, deve ser composto majoritariamente por integrantes da equipe escolar.

10. Na situação apresentada, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola harmoniza-se com a gestão democrática do ensino público na educação básica, nos termos da LDB.

Em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Distrito Federal, a pedagoga Camila acompanha adolescentes com trajetórias marcadas por infrequência escolar, atraso no processo de alfabetização, repetência e descontinuidade nos estudos. Em articulação com escolas públicas do território, a equipe passou a discutir estratégias para recomposição do percurso escolar dos usuários, considerando que a fragilização do vínculo com a escola impacta o exercício da cidadania, o acesso a oportunidades formativas e a construção de projetos de vida. Durante uma reunião intersetorial, surgiram interpretações distintas sobre a composição da educação escolar e sobre as finalidades da educação básica previstas na LDB, especialmente quanto à relação entre formação comum, trabalho, estudos posteriores e alfabetização plena.

Com base no estudo de caso, julgue os itens 11 a 15.

11. No contexto descrito, a defesa de medidas voltadas à recomposição do percurso escolar de adolescentes em defasagem educacional encontra amparo nas finalidades da educação básica, ainda que a progressão para o trabalho e para estudos posteriores não constitua elemento dissociado da formação comum indispensável ao exercício da cidadania.

12. Ao sustentar que a educação escolar se organiza em níveis autônomos e incomunicáveis entre si, a equipe adota leitura compatível com a LDB, já que a educação básica e a educação superior possuem finalidades próprias e destinatários distintos.

13. Em ação de acompanhamento familiar, a pedagoga que compreende a alfabetização plena e a formação de leitores como objetivos vinculados à educação básica, e não restritos a uma etapa isolada da escolarização, adota interpretação compatível com a redação legal.

14. A leitura segundo a qual a educação básica se destina ao desenvolvimento do educando e ao exercício da cidadania, enquanto a progressão no trabalho e em estudos

posteriores constitui finalidade própria da educação superior, traduz adequadamente a repartição de finalidades prevista na LDB.

15. Na situação apresentada, é compatível com a LDB compreender que o acompanhamento de adolescentes com histórico de evasão interessa à política de assistência social sem romper com a centralidade da escola, uma vez que a educação básica, em sua função formativa, não se reduz à certificação de etapas nem à transmissão de conteúdos.

Em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Distrito Federal, a pedagoga Andréa acompanha crianças e adolescentes público-alvo da educação especial que apresentam histórico de infrequência, barreiras no processo de escolarização e dificuldade de acesso a apoios adequados na rede pública de ensino. Em uma reunião intersetorial com escola, família e equipe técnica, discutiram-se providências para assegurar permanência qualificada dos estudantes, estratégias pedagógicas compatíveis com suas necessidades, atendimento especializado, preparação para a vida em sociedade e acesso a benefícios vinculados à trajetória escolar. Durante o debate, surgiram entendimentos divergentes sobre o alcance das garantias previstas no art. 59 da LDB.

De acordo com o estudo de caso, julgue os itens 16 a 20.

16. Ao defender que a escola deve ajustar currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização pedagógica conforme as necessidades do estudante público-alvo da educação especial, a equipe adota interpretação compatível com a LDB, que não restringe a adaptação ao fornecimento de apoio material desvinculado da organização do ensino.

17. Na situação em análise, a terminalidade específica constitui medida aplicável a qualquer estudante com deficiência que apresente defasagem relevante no percurso escolar, independentemente da impossibilidade de atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental.

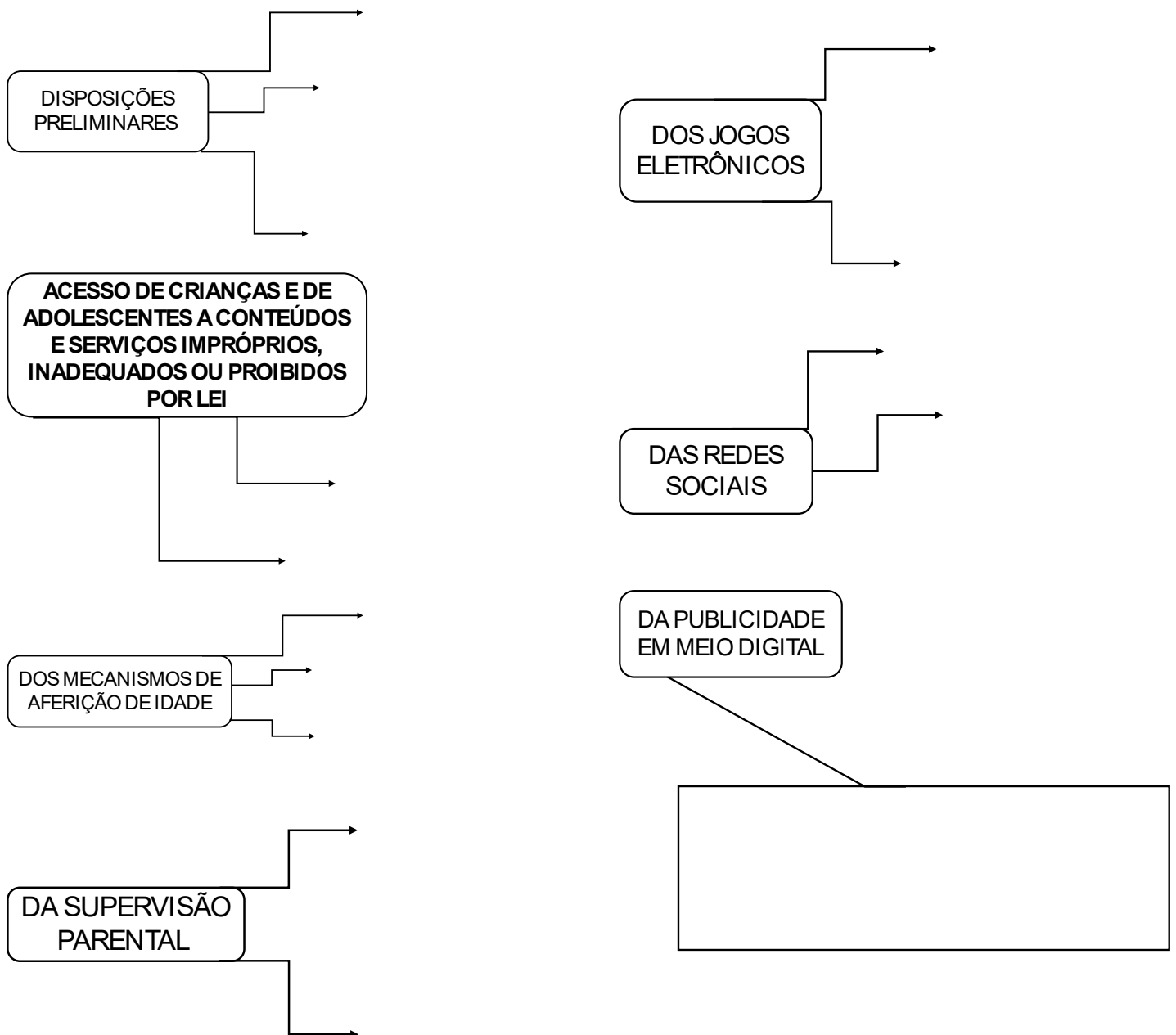
18. A compreensão segundo a qual a aceleração para conclusão em menor tempo do programa escolar se relaciona, na redação do art. 59, aos educandos com altas habilidades ou superdotação, e não à superação genérica de atraso escolar, harmoniza-se com a literalidade da LDB.

19. Em ação conjunta entre assistência social e escola, a defesa de que o atendimento do público-alvo da educação especial pode ser integralmente delegado a profissionais especializados, sem exigência de capacitação

dos docentes da classe comum, encontra amparo no art. 59 da LDB.

20. No contexto do trabalho da pedagoga da SEDES-DF com adolescentes em processo de transição para a vida adulta, é compatível com a LDB reconhecer que a educação especial para o trabalho se volta à integração social e pode envolver articulação com órgãos oficiais afins, inclusive quando o estudante não se insere, de imediato, em lógica competitiva de trabalho.

19H - 29 ABRIL - ECA DIGITAL - Prof. Suzele veloso



Uma plataforma de rede social permite que adolescentes com 15 anos criem contas independentes, sem qualquer vinculação a perfis de responsáveis legais, desde que aceitem os termos de uso e confirmem ciência sobre regras de segurança digital. A empresa justifica que tal prática respeita a autonomia progressiva do adolescente e evita a coleta excessiva de dados de terceiros.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

01. A conduta da plataforma está em conformidade com a legislação, uma vez que a vinculação da conta do adolescente a um responsável legal é facultativa e pode ser dispensada quando houver consentimento do próprio usuário e observância do princípio da autonomia progressiva.

Uma empresa provedora de aplicações de internet foi sancionada por descumprir obrigações previstas no ECA Digital. No processo administrativo, após garantia do contraditório e da ampla defesa, a autoridade competente aplicou multa equivalente a 12% do faturamento do grupo econômico no Brasil no último exercício, justificando a gravidade da infração. Além disso, fixou multa adicional por usuário cadastrado sem observar qualquer limite máximo global, sob o argumento de que a legislação permite a cumulação irrestrita de sanções.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

02. A atuação da autoridade administrativa está em conformidade com a legislação, uma vez que, respeitado o devido processo legal, é possível aplicar multa superior ao percentual legalmente previsto e afastar limites máximos quando a infração for de elevada gravidade.

Uma plataforma de rede social, amplamente utilizada por adolescentes, foi notificada por uma entidade de defesa dos direitos da criança acerca da existência de conteúdo ofensivo envolvendo a exposição vexatória de um menor. A empresa, ao analisar o caso, optou por manter a publicação ativa, sob o fundamento de que a retirada

de conteúdo depende de ordem judicial específica, a fim de evitar violação à liberdade de expressão e garantir segurança jurídica na moderação de conteúdos.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

03. A conduta da plataforma está em conformidade com a legislação, uma vez que, embora exista dever de proteção de crianças e adolescentes, a retirada de conteúdo somente pode ocorrer mediante ordem judicial, sob pena de afronta ao princípio da liberdade de expressão e ao devido processo legal.

Uma plataforma digital de grande alcance desenvolveu um sistema de publicidade que utiliza técnicas de perfilamento comportamental para identificar preferências de adolescentes e direcionar anúncios personalizados. Para aumentar o engajamento, a empresa passou a utilizar recursos de realidade aumentada e análise emocional, adaptando os anúncios conforme as reações dos usuários.

Paralelamente, a plataforma permite que influenciadores monetizem conteúdos nos quais adolescentes aparecem em coreografias e encenações com conotação sugestiva, impulsionando esses conteúdos com base em métricas de engajamento, sob o argumento de que não há nudez explícita nem violação direta das diretrizes internas da comunidade.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

04. A conduta da plataforma é parcialmente lícita, uma vez que o direcionamento de publicidade por perfilamento é admitido quando não envolve crianças, e a monetização de conteúdos com adolescentes somente seria vedada na hipótese de presença de nudez ou de conteúdo explicitamente pornográfico.

Uma empresa desenvolvedora de jogos digitais lançou uma plataforma amplamente utilizada por adolescentes brasileiros. Apesar de reconhecer que parte significativa de seus usuários é composta por menores de idade, a empresa optou por não implementar diferenciação de conteúdo por faixa etária, sob

o argumento de que todos os usuários devem ter acesso à mesma experiência digital, em respeito ao princípio da igualdade. Além disso, alegou que a adaptação por idade poderia gerar discriminação e comprometer a liberdade de escolha dos usuários.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

05. A conduta da empresa está em conformidade com a legislação, uma vez que a padronização da experiência digital para todos os usuários assegura igualdade de tratamento e respeita a autonomia dos adolescentes, sendo facultativa a adoção de mecanismos de adequação etária pelas plataformas.

Uma plataforma de streaming adulto, visando ampliar sua base de usuários, implementou um sistema de acesso no qual o usuário apenas informa sua data de nascimento para declarar ser maior de 18 anos. A empresa justificou que o método respeita a privacidade do usuário e evita coleta excessiva de dados pessoais, sendo suficiente para afastar sua responsabilidade quanto ao acesso por menores.

Com base no ECA Digital, julgue a assertiva a seguir:

06. A conduta da plataforma está em conformidade com a legislação, uma vez que a exigência de mecanismos mais rigorosos de verificação de idade deve ser ponderada com o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais, sendo legítima a adoção da autodeclaração como meio suficiente de controle.

07. No âmbito do ECA Digital, a responsabilidade das plataformas digitais por conteúdos prejudiciais a crianças e adolescentes somente se configura mediante prévia notificação judicial, sendo vedada a imposição de deveres de monitoramento ativo, em respeito à liberdade de expressão e à neutralidade da rede.

08. A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no ambiente digital, à luz do ECA Digital, pode ser flexibilizada quando houver finalidade educacional, admitindo-

-se a coleta ampliada de dados, desde que haja previsão em termos de uso acessíveis aos responsáveis.

09. De acordo com o ECA Digital, o princípio da proteção integral impõe que práticas digitais que induzam dependência comportamental, ainda que não envolvam conteúdo ilícito, podem ser consideradas violadoras de direitos fundamentais da criança e do adolescente.

10. A utilização de algoritmos de recomendação por plataformas digitais não gera responsabilidade jurídica quando seu funcionamento não for transparente ao usuário, uma vez que tais mecanismos são protegidos por segredo comercial.

11. O ECA Digital admite que a responsabilidade pela segurança no ambiente digital seja compartilhada entre família, sociedade e Estado, não afastando, contudo, a obrigação direta das plataformas de adotar medidas preventivas e protetivas.

12. A coleta de dados de crianças para fins de publicidade direcionada é admitida pelo ECA Digital, desde que haja consentimento inequívoco dos pais ou responsáveis, independentemente da análise de eventual prejuízo ao desenvolvimento da criança.

13. Segundo o ECA Digital, o direito à exclusão de dados pessoais no ambiente digital pode ser limitado quando houver interesse econômico legítimo da plataforma, especialmente em modelos de negócios baseados em dados.

14. A ausência de mecanismos acessíveis e adequados de denúncia em plataformas digitais voltadas também ao público infantojuvenil pode configurar violação ao dever de proteção integral previsto no ECA Digital.

15. A exploração econômica da imagem ou da produção digital de crianças e adolescentes, ainda que autorizada pelos responsáveis legais, pode ser considerada irregular caso

comprometa direitos fundamentais ou o desenvolvimento saudável do menor.

16. O ECA Digital, ao regular a atuação de plataformas digitais, restringe sua aplicação a empresas sediadas no território nacional, não alcançando serviços estrangeiros disponibilizados via internet para usuários brasileiros.

17. No âmbito do ECA Digital, a utilização de algoritmos de recomendação por plataformas digitais não enseja responsabilidade jurídica quando o conteúdo exibido for produzido por terceiros, ainda que haja potencial prejuízo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que tais sistemas apenas organizam informações já disponíveis.

18. A disponibilização de informações acerca dos riscos, medidas de segurança, privacidade e proteção de dados pessoais de crianças e

adolescentes pode ocorrer após o cadastro do usuário, desde que haja aceite prévio dos termos de uso, sendo suficiente para atender ao dever de transparência previsto no ECA Digital.

19. A retirada de conteúdo que viole direitos de crianças e adolescentes, no âmbito do ECA Digital, depende de análise criteriosa da plataforma, podendo ser postergada por prazo razoável para verificação interna, mesmo após comunicação formal realizada por representante legal da vítima.

20. A exigência de linguagem acessível e adequada ao público infantojuvenil nos serviços digitais não constitui obrigação jurídica vinculante, mas apenas diretriz orientativa, podendo as plataformas adotar comunicações técnicas desde que disponibilizem versão integral de seus termos de uso.

19H - 30 ABRIL - Metodologias Ativas - Prof. Guilherme Augusto

Na educação contemporânea, as metodologias ativas vêm sendo impulsionadas com novas práticas com o uso das tecnologias.

Considerando as possibilidades das metodologias ativas no processo educativo, julgue os itens:

01. As metodologias ativas acenam para ser um tipo de conceito sobre o fazer pedagógico.

02. As metodologias ativas consideram as estratégias pedagógicas que priorizam o professor na experiência educativa.

03. As metodologias ativas têm como principal pilar, a aprendizagem centrada no aluno.

Sobre as metodologias ativas, julgue os itens a seguir:

04. As metodologias ativas constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino-aprendizagem no docente

05. As metodologias ativas contrastam com a abordagem pedagógica do ensino tradicional.

06. Atualmente as tecnologias digitais estão sendo utilizadas na implantação das metodologias ativas.

Sobre metodologias e aprendizagens ativas, julgue os itens abaixo.

07. As metodologias ativas permitem que os estudantes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, bem como construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam.

08. As metodologias ativas permitem que os estudantes construam conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades realizadas e que o conhecimento seja construído, prioritariamente, na individualidade.

09. As metodologias ativas permitem que os estudantes desenvolvam a capacidade crítica e reflexiva sobre as práticas que realizam.

10. As metodologias ativas permitem que os estudantes possam fornecer e receber feedback.

11. As metodologias ativas permitem aos estudantes aprenderem a interagirem com colegas, professores e pais bem como explorar atitudes e valores pessoais na escola e no mundo.

Metodologias ativas são estratégias didáticas de ensino-aprendizagem cujo foco é a participação dos estudantes no processo de construção de sua aprendizagem. Em pleno mundo conectado e digital, as ferramentas digitais podem potencializar o uso das metodologias ativas em sala de aula. MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: Bacich, José Moran (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

A partir do exposto e dos estudos sobre metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, julgue os itens

12. A aprendizagem pode tornar-se ativa quando se utilizam no ensino processos de pesquisa, de questionamento, de problematização de aspectos diários da vida dos estudantes.

13. Os processos de aprendizagens são amplos, contínuos, híbridos, múltiplos.

14. O processo de ensino na perspectiva das metodologias ativas utiliza-se apenas das ferramentas digitais.

15. O processo de ensino-aprendizagem com as metodologias ativas transforma a sala de aula em espaço de problematização, trabalho com projetos, trabalho com jogos, trabalho com pesquisa, sala de aula invertida, dentre outras estratégias didático-pedagógicas.

As Metodologias Ativas consistem em abordagens de ensino que devem estar enquadradas no contexto curricular contemporâneo. **Considerando o conceito de metodologias ativas na educação básica, julgue os itens:**

16. As metodologias ativas priorizam o protagonismo do aluno, ao incentivar a participa-

ção no processo de aprendizagem.

17. O professor desempenha um papel secundário nas metodologias ativas, e sua prática não se configura tão necessária para haver a aprendizagem, pois o papel do estudante é primário.

18. Nas metodologias ativas, o uso de tecnologias digitais é associado a outras metodologias que valorizem o aluno no centro do processo de aprendizagem.

Observe as assertivas a seguir:

1. Os participantes são inicialmente apresentados a um problema específico o qual deverá ser debatido a solução em encontro posterior;

2. A prática consiste em aplicar a mecânica dos jogos para falar de diversos temas tais como: negócios, saúde, marketing, vida social, artes e muito mais;

3. Tem como princípio a abertura de um canal de comunicação entre alunos e professor. Neste caso comunicação pressupõe que os alunos fazem perguntas ou dão suas opiniões durante todo o processo.

19. As técnicas de metodologia ativa acima referem-se, respectivamente:

1. Problem Based Learning - PBL;

2. Gameificação,

3. Exposição Dialogada

20 Ensino híbrido e sala de aula invertida são tendências educacionais para este século. Sobre a sala de aula invertida, os materiais como áudios, vídeos ou leituras são entregues previamente aos estudantes, e, na aula, os conceitos são aplicados e discutidos com o professor.



Semana SEDES

   OSPEDAGOGICOS